

## Acórdão nº 9.420/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 16.097.2012-30-TCE (Processo nº 16.098.2012-40 - Apenso)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Feijó, exercício de 2011.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Raimundo Ferreira Pinheiro  
**RELATOR:** Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Irregularidade. Determinação. Condenação. Pagamento de multa. Abertura de Tomada de Contas Especial. Notificação. Encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal. Comunicação ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Feijó, no prazo de 30 (trinta) dias, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a importância de **R\$ 655.431,25** (seiscentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), referente a não comprovação do saldo financeiro transferido para o exercício seguinte; **2) aplicar multa** ao Senhor **Raimundo Ferreira Pinheiro**, com fundamento no artigo 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) da importância a ser devolvida, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Feijó, de tudo dando ciência a este Tribunal de contas; **3) abrir Tomada de Contas Especial**, nos termos do artigo 44, da LCE nº 38/1993, para apuração dos valores pagos aos agentes políticos da localidade, a título de subsídios, no período enfocado; **4) notificar** a origem para que observe, caso ainda persista a extrapolação do limite máximo com as despesas de pessoal, as vedações do artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sem prejuízo das providências elencadas nos artigos 23 e 63, parágrafo 2º, do mesmo diploma legal, sob pena de responsabilidade; e **5) comunicar** o apurado ao Ministério Público Estadual, para adoção das providências que entender pertinentes diante do descumprimento

## **(Acórdão nº 9.420/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)**

do artigo 29-A da Constituição Federal, da não comprovação de realização de procedimentos licitatórios para os casos em que a Lei Federal nº 8666/93 prevê obrigatoriedade e a realização de despesas não autorizadas na Lei Orçamentária Anual; **6)** após as formalidades de estilo, **encaminhar** cópia dos autos à Câmara Municipal de Feijó, em cumprimento ao disposto no artigo 23 da Constituição Estadual Ausente justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre  
Rio Branco – Acre, 18 de fevereiro de 2016**

**Conselheira NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

**Conselheiro ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC